

## DECRETO Nº 11.029 DE 29 DE ABRIL DE 2008

(Publicado no Diário Oficial de 30/04/2008)

**Altera o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico – FUNDESE, aprovado pelo Decreto nº 7.798, de 05 de maio de 2000.**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que dispõe a Lei nº 7.599, de 7 de fevereiro de 2000,

### DECRETA

**Art. 1º** Os dispositivos a seguir indicados do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico – FUNDESE, aprovado pelo Decreto nº 7.798, de 05 de maio de 2000, passam a vigorar com as seguintes alterações:

**I** – o item 2 da alínea “a” do inciso IV do *caput* do art. 40:

*“2 - para investimentos fixos, até 96 (noventa e seis) meses, incluindo carência de até 24 (vinte e quatro) meses;”;*

**II** – o item 2 da alínea “c” do inciso IV do *caput* do art. 40:

*“2 - para investimentos fixos, no mínimo, 8,0% (oito por cento) ao ano;”;*

**III** – o item 2 da alínea “d” do inciso IV do *caput* do art. 40:

*“2 - para investimentos fixos, até R\$500.000,00 (quinhentos mil reais).”;*

**IV** – o art. 97:

*“Art. 97 O Programa de Empreendimentos da Indústria Cultural - PROCULTURA tem por finalidade incentivar a implantação, o desenvolvimento e a modernização de atividades econômicas relativas à criação, produção, circulação, distribuição, exibição, divulgação, comercialização e exportação de bens culturais de interesse para a matriz cultural e econômica da Bahia.”;*

**V** – o art. 98:

*“Art. 98 Os financiamentos do PROCULTURA obedecerão às seguintes condições:*

*I – prazo: até 60 (sessenta) meses, incluindo carência de até 12 (doze) meses;*

*II – amortização: em parcelas mensais e sucessivas;*

*III - juros: TJLP ou índice equivalente mais 3% (três por cento) ao ano;*

*IV – limites de financiamento: entre R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).*

*Parágrafo único - A habilitação, contratação, liberação, amortização, constituição de garantias e obrigações da instituição beneficiada far-se-ão, no que couber, na forma do disposto nos artigos 21 a 31 deste Regulamento.”;*

**VI – o art. 117-A:**

*“Art. 117-A Os financiamentos do Programa de Financiamento Agropecuário, que visam a apoiar, através da concessão de crédito voltado para custeio e/ou investimentos fixos, a implantação, a ampliação e modernização de empreendimentos agropecuários, obedecerão às seguintes condições:*

*I - prazo: até 4 (quatro) anos para custeio e até 8 (oito) anos para investimentos fixo e semi-fixo, incluídos até 3 (três) anos de carência;*

*II - amortização: serão pactuadas prestações de valor e periodicidade compatíveis com o ciclo e as características da atividade financiada;*

*III - juros: no mínimo, 8% a.a. (oito por cento ao ano) para custeio e 7% a.a. (sete por cento ao ano) para investimentos fixo e semi-fixo;*

*IV - limite de financiamento: até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); V - limite de participação: até 100% (cem por cento).*

*§1º Os financiamentos enquadráveis como Agricultura Familiar, limitados a R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), terão juros de até 5% a.a. (cinco por cento ao ano) e prazos de até 8 (oito) anos.*

*§ 2º A habilitação, a contratação, a liberação e a amortização dos recursos, as garantias oferecidas e as obrigações da empresa ou pessoa física beneficiada com recursos do Programa de Financiamento Agropecuário far-se-ão, no que couber, na forma do disposto nos artigos 21 a 31 deste Regulamento.”.*

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**, em 29 de abril de

2008.

**MARCELO NILO**

Governador, em exercício

Eva Maria Cella Dal Chiavon  
Secretária da Casa Civil

Ronald de Arantes Lobato  
Secretário do Planejamento

Valmir Carlos da Assunção  
Secretário de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza

Geraldo Simões de Oliveira  
Secretário da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária

Carlos Martins Marques de Santana  
Secretário da Fazenda

Antonio Carlos Machado Matias  
Secretário da Indústria, Comércio e Mineração, em exercício

Nilton Vasconcelos Júnior  
Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

Ildes Ferreira de Oliveira  
Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação